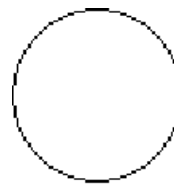




**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**



MPC/DF

Processo nº: 21983/2009

Parecer nº: 1327/11-CF

Assunto: Tomada de Contas Anual

Relator: Auditor José Roberto de Paiva Martins

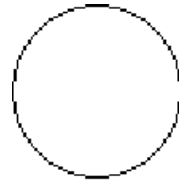
Ementa:
TCA. SES. 2008.
Irregularidades. Corpo
Técnico sugere, entre outras
medidas pertinentes,
audiência dos gestores, ante a
possibilidade de julgamento
irregular das contas. MPCDF
discorda em parte.

Versam os autos acerca da Tomada de Contas Anual da Secretaria de Saúde do DF, referente ao ano de 2008.

2. O Corpo Técnico, preliminarmente, relaciona os ordenadores de despesa e os agentes de material, estes últimos, separando-os entre gestões sem ressalvas e com ressalvas.
3. Ato contínuo, registra que os recursos disponibilizados foram de R\$ 1.742.034.662,64 e que, após inúmeras prorrogações de prazo, os autos deram entrada na Corte sem qualquer protocolo e sem pronunciamento conclusivo da autoridade competente, *in casu*, o Secretário de Saúde. Entende, no entanto, que essas impropriedades podem ser relevadas.
4. Quanto ao pronunciamento do Controle Interno, destaca que o Núcleo de Tomada de Contas manifestou-se favorável à regularidade das contas e o Núcleo de Secretarias de Estado, ao apresentar o Relatório Contábil, ressaltou que a unidade apresentava saldo nas contas e havia divergências entre o Inventário Financeiro Anual e os registros contábeis. Já no que se refere ao Núcleo de Fundos Especiais, acrescenta que o Relatório Contábil relativo ao Fundo de Saúde apontou contas do Ativo e do Passivo com saldos inalterados desde o final de 2007 até 08/07/08, apresentando recomendações a fim de regularizar as contas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**



MPC/DF

5. No tocante ao Relatório de Auditoria da Gerência da Área Social da Controladoria, assevera que foram certificadas as seguintes irregularidades e ressalvas:

IRREGULARIDADES:

2.1- Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores sem observação das recomendações da Corregedoria, fls. 1359/1361-Ap1, Vol. VI

2.2 – Procedimentos Adotados com relação à Autuação de Processos têm se mostrados antieconômicos e dificultando a fiscalização pelo Controle Interno, fls. 1361/1363-Ap1, Vol. VI

3.1- Manutenção de saldos em contas contábeis há longa data, fls. 1365/1367-Ap1, Vol. VI

4.1 – Ausência de prévio empenho para realização das despesas, fls. 1371/1374-Ap1, Vol. VI

5.2.2 - Quantitativo de Empregados descritos nas notas fiscais não conferem com o descrito no mapa demonstrativo, fls. 1378/1380-Ap1, Vol. VI

5.3.1- Contratação de Serviços de UTI por Inexigibilidade de licitação, fls. 1380/1381-Ap1, Vol. VI

5.3.2 – Inviabilidade de Contratação direta de prestação de serviços, fls. 1381/1382-Ap1, Vol. VI

5.3.3 – Atesto de Nota Fiscal de Serviços antes do Término da efetiva prestação dos serviços, fls. 1382/1385-Ap1, Vol. VI

5.3.4 – Não atendimento aos requisitos exigidos na lei de licitação, fls. 1385/1387-Ap1, Vol. VI

5.3.5 – Ausência de Relatórios Técnicos Relativos às Reposições de peças e prestações de serviços, fls. 1387/1388 -Ap1, Vol. VI

5.4.1 – Contratação Irregular de Prestação de Serviços Emergencial, fls. 1388/1390-Ap1, Vol. VI

5.4.2 – Retificação da contratação emergencial irregular sem parecer da PG/DF, fls. 1390-Ap1, Vol. VI

5.4.3 – Irregular contratação de prestação de serviços emergenciais, fls. 1390/1392-Ap1, Vol. VI

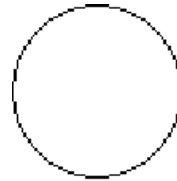
5.4.5 – Importação Irregular de Medicamentos, fls. 1393/1395-Ap1, Vol. VI

5.4.6 – Pesquisa de preços para conserto de elevadores realizado com materiais e serviços divergentes. fls. 1395/1397-Ap1, Vol. VI

5.5.1 – Não retenção do ISS no pagamento de Nota Fiscal, fls. 1397/1399-Ap1, Vol. VI



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**



MPC/DF

5.5.3 - Prestação de Serviços com atraso e sem aplicação de penalidades, fls. 1400-Ap1, Vol. VI

5.5.5 – Contratação irregular de serviços de impressão, fls. 1402/1405-Ap1, Vol. VI

5.5.7 – Pedidos de cópias não especificam os tipos a serem processados, fls. 1405/1406-Ap1, Vol. VI

5.5.8 – Pagamento realizado em desacordo com cláusulas contratuais, fls. 1406/1408-Ap1, Vol. VI

5.5.9.1-Inconformidade no Projeto Básico referente à contratação da Link net Tecnologia e Telecomunicações Ltda., fls. 1408/1410-Ap1, Vol. VI

5.5.9.2-Descumprimento Contratual com relação à contratação da Link net Tecnologia e Telecomunicações Ltda., fls. 1408/1410-Ap1, Vol. VI

5.5.9.3 –Lances do Pregão foram realizados em desconformidade com os termos do critério de julgamento estabelecido em edital, fls. 1411/1412-Ap1, Vol. VI

5.5.9.4 –Notas fiscais não foram encaminhadas mensalmente conforme estipulado em contrato, fls. 1412/1413-Ap1, Vol. VI

5.5.9.5 –Termo de Certificação de serviços encaminhados à SES/DF por serviços não prestados, fls. 1414-Ap1, Vol. VI

5.6.1 – Pagamento de Nota Fiscal de serviços sem cobertura contratual, fls. 1414-Ap1, Vol. VI

7. – Pedido de Informações não atendido pela SES/DF, fls. 1422-Ap1, Vol. VI

8 – Poucas medidas adotadas para sanar irregularidades contidas no Relatório de Prestação de Contas relativa ao exercício de 2006 e 2007, fls. 1422-Ap1, Vol. VI

9.1 – Pagamento indevido do auxílio alimentação para servidores em gozo de licença prêmio por assiduidade, fls. 1423/1426-Ap1, Vol. VI

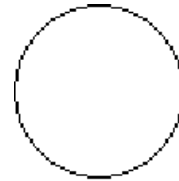
10.1- Inventário de Materiais (Espaço físico inadequado e armazenamento incorreto), fls. 1427/1437-Ap1, Vol. VI

10.2 – Sistema de Controle de Estoque com Inconsistências, fls. 1437/1440-Ap1, Vol. VI

10.3 – Almoxarifados inadequados e inseguros, fls. 1440/1442-Ap1, Vol. VI

10.4 – Bens Móveis não incorporados ao patrimônio da SES/DF, fls. 1442/1443-Ap1, Vol. VI

11 – Sindicâncias, Processos Administrativos Disciplinares e Tomadas de Contas Especiais, fls. 1444/1445-Ap1, Vol. VI



MPC/DF

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

12 – Ausência de informações referentes ao demonstrativo de PAD, TCE e SINDICÂNCIAS, fls. 1445-Ap1, Vol. VI

13 – Descumprimento de Norma (art. 18 do Decreto 16.098/94) por não encaminhar as prestações de contas de convênios já encerrados à Secretaria de Fazenda, fls. 1446-Ap1, Vol. VI

RESSALVAS:

1.1 – Dados Incorretos Registrados Em Planilha do Relatório de Atividades, fls. 1352-Ap1, Vol. VI

1.2 - Recursos Financeiros Repassados Fundo a Fundo Tiveram Pouca Execução, fls. 1354-Ap1, Vol. VI

1.3 – Análise da Execução dos Recursos do Fundo Constitucional do DF, fls. 1356-Ap1, Vol. VI

1.4 – Saldo Pendente de Regularização em Contas Contábeis, fls. 1358-Ap1, Vol. VI

2.3 - Descrição Genérica e Imprecisa Apostas em Documentos, fls. 1363-Ap1, Vol. VI

3.2 – Registro Contábil do Estoque Almoxarifado não coerente com Inventário Financeiro Anual, fls. 1352-Ap1, Vol. VI

5.1.1 – Classificação Indevida de Licitação em Nota de Empenho, fls. 1374-Ap1, Vol. VI

5.2.1 – Descumprimento de Normas Relativas ao Processo de Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores, fls. 1376-Ap1, Vol. VI

5.4.4 – Processos de Aquisição de Medicamentos Excepcionais com Documentação Incompleta, fls. 1392-Ap1, Vol. VI

5.5.2 – Uso Indevido de Documento Fiscal da Matriz, fls. 1399-Ap1, Vol. VI

5.5.4 – Ausência de Elementos Essenciais do Processo Licitatório de Aquisição de Materiais de Consumo, fls. 1401-Ap1, Vol. VI

5.5.6 – Pedidos de Cópias com Data de Requisição Diferente do Mês de Competência do Pagamento, fls. 1405-Ap1, Vol. VI

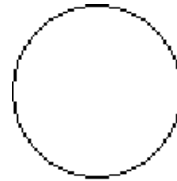
5.7 – Uso de Espaço Público na Rede Hospitalar do DF (Lentidão na Regularização), fls. 1415-Ap1, Vol. VI

6 - Pendências Na Prestação de Contas de Convênios com o Ministério da Saúde - Sistema CAUC/SIAFI, fls. 1419-Ap1, Vol. VI

10.5 – Ausência de Informações referentes aos agentes responsáveis por material da Administração Direta, fls. 1443-Ap1, Vol. VI



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

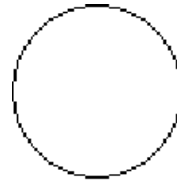


MPC/DF

6. A esse respeito, após considerar pertinentes as irregularidades e ressalvas e apontar que as justificativas apresentadas não foram capazes de afastá-las, esclarecendo que as falhas dizem respeito aos mais variados setores da SES e que também constavam do exercício de 2007 (Processo 26271/08), consigna as considerações a seguir:

5.4.3 As irregularidades apontadas nos subitens 2.1- Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores sem observação das recomendações da Corregedoria, 4.1 - Ausência de prévio empenho para realização das despesas, 5.2.2 - Quantitativo de Empregados descritos nas notas fiscais não conferem com o descrito no mapa demonstrativo, 5.3.3 - Atesto de Nota Fiscal de Serviços antes do Término da efetiva prestação dos serviços, 5.3.4 - Não atendimento aos requisitos exigidos na lei de licitação, 5.3.5 - Ausência de Relatórios Técnicos Relativos às Reposições de peças e prestações de serviços, 5.4.1 - Contratação Irregular de Prestação de Serviços Emergencial, 5.4.2 - Retificação da contratação emergencial irregular sem parecer da PG/DF, 5.4.6 - Pesquisa de preços para conserto de elevadores realizado com materiais e serviços divergentes, 5.5.1 - Não retenção do ISS no pagamento de Nota Fiscal, 5.5.3 - Prestação de Serviços com atraso e sem aplicação de penalidades, 8 - Poucas medidas adotadas para sanar irregularidades contidas no Relatório de Prestação de Contas relativa ao exercício de 2006 e 2007, são falhas graves e devem ser objeto de audiência aos gestores tendo em vista possível julgamento irregular das contas.

5.4.4 Da mesma forma, as falhas verificadas com relação ao armazenamento dos estoques de medicamentos, subitem 10, do qual a Gerência de Auditoria da Área Social da Controladoria destacou o subitem 10.1 - Inventário de materiais, ressaltando falhas no Almoxarifado Central, 10.2 - Sistema de Controle de Estoque com Inconsistências e 10.3 - Almoxarifados inadequados e inseguros, se não afastadas, devem macular as contas de forma grave. As perdas relacionadas a medicamentos tem se tornado recorrente na Secretaria de Saúde. Diversos processos tratam da matéria, ex-vi, o Processo nº 1869/03, o Processo nº 24334/06 e o Processo nº 3433/10. A Gerência de Auditoria da Área Social trouxe aos autos fotos que comprovam as péssimas condições de armazenamento e ressalta que apesar de as referidas fotos terem sido tiradas em 2009, a mesma



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

situação foi relatada quando das contas dos exercícios de 2006 e 2007. A Gerência apontou problemas graves relacionados ao Almoxarifado da Farmácia Central como a existência de diversos subalmoxarifados com estrutura física e condições de armazenamento que não atendem aos requisitos técnicos, implicando perdas de medicamento. Da mesma forma, a Gerência de Auditoria apontou problemas no Almoxarifado do HRT (o local não é seguro; há apenas uma divisória entre o Almoxarifado e a sala da empresa Sanoli; as caixas ficam armazenadas até o teto); Almoxarifado do Hospital do Guará (no teto do almoxarifado passa a canalização de esgoto); Farmácia Central (contagem parcial em razão de vários espaços físicos).

5.4.4.1 As irregularidades supracitadas estão afetas tanto aos gestores de material, responsáveis pelos almoxarifados e farmácias, nos quais foram detectadas irregularidades, como aos dirigentes da Secretaria de Saúde, que não ultimaram medidas corretivas para o saneamento da questão, já que perdas de medicamento afetam diretamente a recuperação de pacientes e impactam a atividade fim da Secretaria de Saúde.

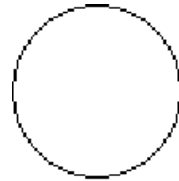
5.4.4.2 Com relação aos agentes de material, entendemos que deva ser aberta audiência, nos termos do inciso II do art. 13 da LC 01/94, aos responsáveis pelo Almoxarifado da Farmácia Central, pelas falhas apontadas no subitem 10.1 do Relatório de Auditoria nº 29/2010-DIRAS/CONT, fls. 1427/1437 Ap¹; e aos responsáveis pelo Almoxarifado do Hospital Regional de Taguatinga, Almoxarifado da Farmácia Central, Farmácia Ambulatorial Judicial e Almoxarifado do Hospital do Guará, pela falhas apontadas no subitem 10.3 do Relatório de Auditoria nº 29/2010-DIRAS/CONT, fls. 1440/1442, tendo em vista possível julgamento pela irregularidade nas contas.

5.4.5 Com relação aos gestores de material nominados no subitem 2.3, com exceção dos gestores responsáveis pelos almoxarifados e farmácias nominados no parágrafo anterior, devem ter suas contas julgadas regulares com ressalvas, nos termos do inciso II do art. 17 da LC 001/94, pelas ressalvas apontadas pelas respectivas comissões de inventário, cujo resultado encontra-se sintetizado no Relatório de fls. 3895/3931 Ap⁻².

5.4.6 Com relação aos gestores de material relacionados no subitem 2.2, para os quais não constam ressalvas ou irregularidades, entendemos que as contas poderão ser julgadas



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**



MPC/DF

regulares, nos termos do inciso I do art. 17 da Lei Complementar nº 01/94.

5.4.7 As irregularidades apontadas nos subitens 5.5.5 – Contratação irregular de serviços de impressão, 5.5.7 – Pedidos de cópias não especificam quais os tipos a serem processados e 5.5.8 – Pagamento realizado em desacordo com cláusulas contratuais reportam-se à execução referente ao Contrato nº 054/07, firmado com a empresa UNIREPRO SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA. A contratação da UNIREPRO foi objeto de Inspeção por parte desta Corte, Processo nº 26.069/08, conforme excerto abaixo, retirado do RELATÓRIO DA INSPEÇÃO nº 2.0026.10, Processo nº 26.069/08:

“8. Tendo em conta que a UNIREPRO fora citada no IP 650/09-STJ (Operação *Caixa de Pandora*) e considerando que o Tribunal determinou os exames pertinentes ao caso em questão, a Equipe responsável pelos trabalhos selecionou o Contrato nº 54/07-SES/DF e o Contrato nº 009/08-SES/DF, ambos firmados entre a UNIREPRO e a Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

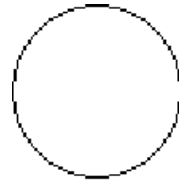
9. O Contrato nº 54/07-SES/DF foi firmado em 18/10/07 com base na Ata de Registro de Preço nº 147/06, gerenciada pela Secretaria de Saúde do Município do Estado de São Paulo. O Contrato nº 008/09-SES/DF foi firmado em 11/02/09 com base na Ata de Registro de Preço decorrente do Pregão Eletrônico nº 009/08, administrada pelo Centro Integrado de Telemática do Exército – CITEX.”

5.4.7.1 Por meio da Decisão nº 2665/10, fls. 107/109, o Tribunal autorizou audiência de dirigentes da Secretária da Saúde, não se identificando os gestores nominados nas presentes contas. Sopesando-se que a questão vem sendo devidamente apurada pelo Tribunal e que algumas das falhas apontadas pelo Controle Interno reportam-se ao exercício de 2007, quando foi firmado o Contrato nº 054/07, entendemos que essas questões podem ser excluídas da audiência a ser proposta nos presentes autos.

5.4.8 Com relação às irregularidades apontadas nos subitens 5.5.9.1-Inconformidade no Projeto Básico referente à contratação da Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda., 5.5.9.2-Descumprimento Contratual com relação à contratação da Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda., 5.5.9.3 –Lances do Pregão foram realizados em desconformidade com os termos do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**



MPC/DF

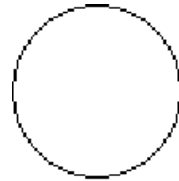
critério de julgamento estabelecido em edital, 5.5.9.4 –Notas fiscais não foram encaminhadas mensalmente conforme estipulado em contrato, 5.5.9.5 –Termo de Certificação de serviços encaminhados à SES/DF por serviços não prestados cabem as seguintes considerações: as falhas ocorreram no bojo do Contrato nº 10/08-SES/DF, firmado em 07/02/08, e cujo pregão foi realizado em 28/12/07, retirando do exercício de 2008 as falhas relacionadas ao projeto básico, subitem 5.5.9.,1 e lances do pregão em desconformidade com o edital, subitem 5.5.9.4. Com relação ao descumprimento contratual, subitem 5.5.9.2, no qual se verificou que alguns equipamentos não foram entregues, entendemos que, por tratar-se de locação, os serviços não foram pagos e, portanto, não houve prejuízo ao erário. Com relação ao subitem 5.5.9.4, verificou-se que as faturas de abril a outubro foram apresentadas somente em 24/11/2008, enquanto que o Contrato nº 10/08-SES/DF foi firmado em 07/02/08, representando prejuízo à prestadora de serviços e não à Secretaria de Saúde. Quanto ao subitem 5.5.9.5, que trata do Termo de Certificação de serviços encaminhados à SES/DF por serviços não prestados, informa-se que não houve pagamento. Em consequência do exposto, referidos fatos não chegam a caracterizar irregularidades e, portanto, podem ser afastadas da audiência a ser aberta aos gestores.

5.4.8.1 Cabe ressaltar que em razão de a empresa LINKNET TECNOLOGIA ter sido citada no IP 650/09-STJ (Operação Caixa de Pandora), o Tribunal determinou os exames pertinentes em contratos firmados por diversos órgãos do Governo do Distrito Federal com a referida empresa tendo como base o exercício de 2009. Vários processos foram abertos no âmbito desta Corte para verificar a regularidade da contratação e execução dos contratos firmados. Ressalte-se o Proc. 43.790/09, (Secretaria de Saúde); Proc. nº 14.583/08, (Secretaria de Educação); Proc. nº 3298/10 e nº 6688/10 (Secretaria de Planejamento) e Proc. 43.138/09 (Secretaria de Fazenda).

5.4.9 Quanto aos gestores da Secretaria de Saúde, nominados no subitem 2.1 desta Informação, entendemos que, de plano, deva ser aberta Audiência, nos termos do art. 13 da Lei Complementar nº 01/94, no sentido de que prestem os esclarecimentos devidos com relação às irregularidades apontadas nos subitens nos subitens 2.1- Pagamento de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**



MPC/DF

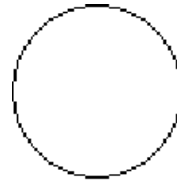
Despesas de Exercícios Anteriores sem observação das recomendações da Corregedoria, 4.1 - Ausência de prévio empenho para realização das despesas, 5.2.2 - Quantitativo de Empregados descritos nas notas fiscais não conferem com o descrito no mapa demonstrativo, 5.3.3 - Atesto de Nota Fiscal de Serviços antes do Término da efetiva prestação dos serviços, 5.3.4 - Não atendimento aos requisitos exigidos na lei de licitação, 5.3.5 - Ausência de Relatórios Técnicos Relativos às Reposições de peças e prestações de serviços, 5.4.1 - Contratação Irregular de Prestação de Serviços Emergencial, 5.4.2 - Retificação da contratação emergencial irregular sem parecer da PG/DF, 5.4.6 - Pesquisa de preços para concerto de elevadores realizado com materiais e serviços divergentes, 5.5.1 - Não retenção do ISS no pagamento de Nota Fiscal, 5.5.3 - Prestação de Serviços com atraso e sem aplicação de penalidades, 8 - Poucas medidas adotadas para sanar irregularidades contidas no Relatório de Prestação de Contas relativa ao exercício de 2006 e 2007, 10.1 - Inventário de materiais, ressaltando falhas no Almoxarifado Central, 10.2 - Sistema de Controle de Estoque com Inconsistências e 10.3 - Almoxarifados inadequados e inseguros, sob pena de julgamento irregular das contas.

5.4.10 A Gerência de Auditoria da Área Social da Diretoria de Auditoria das Áreas Social e Econômica da Controladoria da então Corregedoria Geral do Distrito Federal emitiu o Relatório de Eficácia e Eficiência nº 021/2010-DIRAS/CONT, fs. 1458/1484-Ap1, por meio do qual se manifestou a respeito da eficiência e eficácia dos resultados alcançados pela Secretaria de Saúde - SES e após discorrer sobre a Gestão Orçamentária (Recursos autorizados e execução do orçamento, alterações orçamentárias, execução orçamentária e avaliação da eficácia e eficiência da gestão), Gestão Financeira, Gestão Contábil, Gestão Patrimonial, concluiu que: a) a gestão orçamentária foi eficaz e razoavelmente eficiente; b) a gestão financeira foi ineficaz e pouco eficiente; c) a gestão contábil foi pouco eficaz e pouco eficiente; e d) a gestão patrimonial foi pouco eficaz e ineficiente.

7. Em seguida, são relacionadas as TCE's abaixo do valor de alçada, num total de 18 processos, dos quais, segundo a 2ª ICE, 3 serão objeto de diligência para obtenção de informações sobre as providências



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**



MPC/DF

adotadas em relação aos débitos imputados e os demais devem ter deliberação para fins de encerramento.

8. No pertinente às atividades de Controle Externo, cita os processos registrados como de influência nas presentes contas anuais, assim:

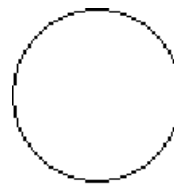
7.2.1 Processo nº 26069/08 - Representação da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre a contratação, pela Secretaria de Estado de Saúde, da empresa UNIREPRO Serviços Tecnológicos Ltda., por meio de Ata de Registro de Preços nº 147/2006, gerenciada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, para a prestação de serviços de reprodução gráfica da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES. A contratação da UNIREPRO foi objeto de análise nos subitens 5.4.7 e 5.4.7.1 desta Informação, oportunidade em que se entendeu que referidas questões poderiam ser excluídas da audiência a ser aberta aos gestores.

7.2.2 Processo nº 3985/09 - Auditoria de Regularidade para verificação da correta e tempestiva contabilização das despesas incorridas no exercício de 2008, com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do período em questão. Como resultado, chegou-se à conclusão que a execução de despesas sem cobertura de empenho continua presente na realidade da Administração distrital, bem como a não-inscrição em restos a pagar de despesas previamente conhecidas, afetando a programação orçamentária e financeira do exercício seguinte, conforme extrai-se do Relatório e Voto proferido pela Conselheira Anilcéia Machado que embasou a Decisão nº 4487/09. Por meio do referido *decisum* a Corte deu conhecimento da matéria às Segunda e Terceira Inspetorias para avaliar o impacto da questão nas análises das tomadas e prestações de contas dos órgãos e entidades do GDF. A questão foi devidamente observada na análise das presentes contas, sendo o pagamento de despesas de exercícios anteriores sem observância das recomendações da Corregedoria infringindo a normativos legais objeto de audiência aos gestores (subitem VII das sugestões).

7.2.3 Processo nº 43790/09 - Inspeção levada a efeito pela 2ª Inspetoria de Controle Externo, visando verificar a execução do Contrato nº 43/2008-SES/DF, tendo por objeto a prestação de serviço de locação de microcomputadores,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**



MPC/DF

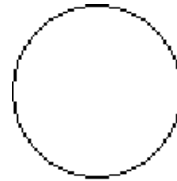
notebooks e estabilizadores de tensão, com assistência técnica e suporte, firmado entre o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, e a empresa LINKNET Tecnologia e Telecomunicações Ltda. O Tribunal prolatou a Decisão nº 1397/10, fls. 114/115, determinando, no item V, a audiência dos gestores da Secretaria de Saúde. Por meio da Informação nº 25/11, de autoria da Divisão de Auditoria da 2ª ICE, ainda não apreciada pelo Plenário, as justificativas apresentadas foram consideradas procedentes. S.M.J, entendemos que o mérito dessa Inspeção não impacta a avaliação da gestão objeto da TCA em exame.

7.2.4 Processo nº 3298/10 - A fiscalização, realizada nos autos do Processo nº 3.298/10, teve por objetivo examinar o Contrato nº 39/08 celebrado pelo Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, com a empresa Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda. O objeto do mencionado ajuste foi a locação de equipamentos de informática. Entendemos que estes autos estão a impactar a gestão da SEPLAG e não da Secretaria de Saúde.

7.2.5 Processo nº 3328/10 - Análise das despesas realizadas pela Secretaria de Saúde DF com a empresa B2BR – BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL S/A. Locação de licenças de uso de Software. O Tribunal prolatou a Decisão nº 6415/10, fls. 110/112, por meio da qual abriu audiência a gestores da Secretaria de Saúde referente ao exercício de 2008. Os fatos apurados nesses autos são relevantes e poderiam direcionar o julgamento das contas para a irregularidade. Contudo, entendemos que o sobrestamento das presentes contas por conta das irregularidades apontadas na contratação da empresa B2BR poderá ser mais bem avaliado por ocasião da análise das justificativas a serem ofertadas por conta da abertura de audiência proposta nos presentes autos.

9. A análise dos fatos é apresentada nos seguintes termos pela 3ª Inspetoria:

I - as presentes contas reportam-se ao exercício de 2008, cujos responsáveis encontram-se nominados nos subitens 2.1, 2.2 e 2.3 desta Informação. Conforme se extrai do subitem 2.1, a Secretaria de Saúde foi dirigida pelo Sr. José Geraldo Maciel de 01/01 a 16/06/08 e pelo Sr. Augusto Silveira de Carvalho de 21/08



MPC/DF

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

a 31/12/08. O Sr. José Rubens Iglesias respondeu pela função no período de 17/06 a 20/08/08;

II- a Secretaria de Saúde administrou no exercício de 2008 o orçamento de R\$ 1.742.034.662,64 (hum bilhão, setecentos e quarenta e dois milhões, trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta e quatro centavos, restando ao final do exercício o crédito disponível de R\$ 89.639.624,45 (oitenta e nove milhões, seiscentos e trinta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos);

III - a Tomada de Contas Anual dos Agentes de Materiais responsáveis pelos Almoxxarifados e Farmácias, objeto do Processo nº 060.021.628/08-Ap2 (11 volumes), apensado às presentes contas, acostou o Relatório Conclusivo às fs. 3895/3931-Ap2 (volume XI), o qual, com relação aos almoxxarifados e farmácias relacionadas na tabela objeto do subitem 2.2, não apontou ressalvas ou irregularidades.

IV- Com relação aos almoxxarifados e farmácias relacionadas na tabela objeto do subitem 2.3, ressaltando os relacionados nos itens 1, 3, 9 e 17 da referida tabela, os responsáveis poderão ter suas contas julgadas regulares com ressalva em razão de as comissões de inventário respectivas terem apontado falhas no controle de estoque;

V- Com relação aos almoxxarifados e farmácias referentes ao Almoxxarifado da Farmácia Central, Almoxxarifado do Hospital Regional de Taguatinga, Almoxxarifado do Hospital do Guará e Farmácia Ambulatorial Judicial, elencados nos itens 1, 3, 9 e 17 da Tabela 3.2, as falhas elencadas pela Gerência de Auditoria da Área Social e analisadas no subitem 5.4.4, 5.4.4.1 e 5.4.4.2 desta Informação direcionam o julgamento para a irregularidade das contas, devendo-se abrir audiência aos mesmos, nos termos do inciso II do art.13 da Lei Complementar nº 01/94;

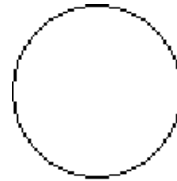
VI - encontram-se às fls. 512/559-Ap1 os demonstrativos das TCE's que se enquadraram no art. 14 da Resolução 102/98. A análise procedida no subitem 6 desta Informação externou as propostas de mérito sintetizadas abaixo:

a) encerradas com base no inciso I do art. 13 da Resolução nº 102/98 (ressarcimento ou reposição do bem), a TCE nº 277.000.455/06;

b) encerradas com base no inciso II do art. 13 da Resolução nº 102/98 (recuperação ou reposição do bem), as TCEs nº: 060.016.782/04; 060.018.407/05; 277.000.430/05;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**



MPC/DF

c) encerradas com base no § 1º (responsabilidade de terceiros), a TCE nº 270.002.115/07;

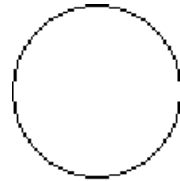
d) encerradas com absorção dos prejuízos pelos cofres públicos, sem prejuízos de futuras averiguações, as TCE's nºs:

060.003.927/05;	060.011.405/06;	060.011.406/06;
060.015.432/05;	060.011.409/06;	272.000.468/05;
272.000.504/05;	275.001.262/06;	277.000.468/05;
278.000.208/07;		

e) os Processos n.ºs 275.000.987/04, 2707.000.956/05 e 282.000.057/05 não foram devidamente esclarecidos com relação ao ressarcimento e deverão ser objeto de verificação nas Contas Anuais do exercício de 2010.

10. Nesse sentido, conclui:

9.1. Do exame dos elementos que compõem os autos, quanto à gestão dos Ordenadores de Despesa, entendemos que as falhas apontadas nos subitens nos subitens 2.1- Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores sem observação das recomendações da Corregedoria, 4.1 - Ausência de prévio empenho para realização das despesas, 5.2.2 - Quantitativo de Empregados descritos nas notas fiscais não conferem com o descrito no mapa demonstrativo, 5.3.3 - Atesto de Nota Fiscal de Serviços antes do Término da efetiva prestação dos serviços, 5.3.4 - Não atendimento aos requisitos exigidos na lei de licitação, 5.3.5 - Ausência de Relatórios Técnicos Relativos às Reposições de peças e prestações de serviços, 5.4.1 - Contratação Irregular de Prestação de Serviços Emergencial, 5.4.2 - Retificação da contratação emergencial irregular sem parecer da PG/DF, 5.4.6 - Pesquisa de preços para concerto de elevadores realizado com materiais e serviços divergentes, 5.5.1 - Não retenção do ISS no pagamento de Nota Fiscal, 5.5.3 - Prestação de Serviços com atraso e sem aplicação de penalidades, 8 - Poucas medidas adotadas para sanar irregularidades contidas no Relatório de Prestação de Contas relativa ao exercício de 2006 e 2007, 10.1 - Inventário de materiais, ressaltando falhas no Almoxarifado Central, 10.2 - Sistema de Controle de Estoque com Inconsistências e 10.3 - Almoxarifados inadequados e inseguros do Relatório de Auditoria nº 29/2010-DIRAS/CONT, não foram esclarecidas a contento pela



MPC/DF

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

Jurisditionada e devem ser objeto de abertura de audiência tendo em vista possível julgamento pela irregularidade das contas. Entendemos que a audiência deve ser aberta ao Sr. José Geraldo Maciel, Secretário no período de 01/01 a 16/06/08, e ao Sr. Augusto Silveira de Carvalho, Secretário no período de 21/08 a 31/12/08. O Sr. José Rubens Iglesias respondeu pela função no período de 17/06 a 20/08/08, podendo suas contas serem julgadas regulares.

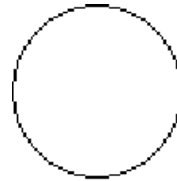
9.2. Com relação às contas dos Agentes de Material, as falhas verificadas com relação ao armazenamento dos estoques de medicamentos, subitem 10, do qual a Gerência de Auditoria da Área Social da Controladoria destacou o subitem 10.1 – Inventário de materiais, ressaltando falhas no Almoxarifado Central e 10.3 – Almoxarifados inadequados e inseguros, entendemos que deva ser aberta audiência, nos termos do inciso II do art. 13 da LC 01/94, aos responsáveis pelo Almoxarifado Central (Farmácia), pelas falhas apontadas no subitem 10.1 do Relatório de Auditoria nº 29/2010-DIRAS/CONT, fls. 1427/1437 Ap¹; e aos responsáveis pelo Almoxarifado do Hospital Regional de Taguatinga, Farmácia Central, Farmácia Ambulatorial Judicial e Almoxarifado do Hospital do Guará, pela falhas apontadas no subitem 10.3 do Relatório de Auditoria nº 29/2010-DIRAS/CONT, fls. 1440/1442, tendo em vista possível julgamento pela irregularidade nas contas. Ressalte-se que o subitem 10.2 – Sistema de Controle de Estoque com Inconsistências não afeta diretamente a gestão dos agentes de material e sim os dos gestores da SES, tendo em vista tratar-se de sistema desenvolvido para atender à Secretaria de Saúde como um todo.

9.3 Com relação aos gestores de material nominados no subitem 2.3, com exceção dos nominados no parágrafo anterior, devem ter suas contas julgadas regulares com ressalvas, nos termos do inciso II do art. 17 da LC 001/94, pelas ressalvas apontadas pelas respectivas comissões de inventário, cujo resultado encontra-se sintetizado no Relatório de fls. 3895/3931 Ap⁻².

9.4 Com relação aos gestores de material relacionados no subitem 2.2, para os quais não constam ressalvas ou irregularidades, entendemos que as contas poderão ser julgadas regulares, nos termos do inciso I do art. 17 da Lei Complementar nº 01/94.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**



MPC/DF

11. Por conseguinte, sugere ao Plenário:

I - tomar conhecimento das Contas Anuais dos Ordenadores de Despesas, Agentes de Material e demais responsáveis da Secretaria de Saúde, referentes ao exercício de 2008;

II - releve, em caráter excepcional, a ausência do pronunciamento conclusivo, objeto do inciso X do art. 140 do RI/TCDF, determinado à SES, que passe a observar referido mandamento;

III- com fundamento no artigo 13 da Resolução nº 102/98, considerar:

a) encerradas com base no inciso I do art. 13 da Resolução nº 102/98 (ressarcimento ou reposição do bem), a TCE nº: 277.000.455/06;

b) encerradas com base no inciso II do art. 13 da Resolução nº 102/98 (recuperação ou reposição do bem), a TCE nº 060.016.782/04; 060.018.407/05; 277.000.430/05;

c) encerradas com base no § 1º (responsabilidade de terceiros) a TCE nº 270.002.115/07;

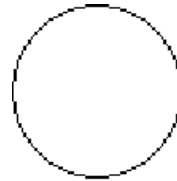
d) encerradas com absorção dos prejuízos pelos cofres públicos, sem prejuízos de futuras averiguações, as TCE's nºs:
060.003.927/05; 060.011.405/06; 060.011.406/06;
060.015.432/05; 060.011.409/06; 272.000.468/05;
272.000.504/05; 275.001.262/06; 277.000.468/05;
278.000.208/07;

IV - determinar à Secretaria da Ordem Pública e Social e Corregedoria Geral do Distrito Federal que informe na Tomada de Contas Anual da SES/DF referente ao exercício de 2011, como está ocorrendo o ressarcimento referente aos Processos nºs 275.000.987/04, 277.000.956/05 e 282.000.057/05;

V - julgar regular, nos termos do inciso I do art. 17 da Lei Complementar nº 01/94, as contas do Sr. José Rubens Iglesias, que respondeu pelas funções de Secretário de Estado da Saúde no período de 17/06 a 20/06/08;

VI - julgar as contas dos Agentes de Material da seguinte forma:

a) REGULARES, com fulcro no artigo 17, inciso I da Lei Complementar nº 01/94, as contas dos responsáveis relacionados no item 2.2 desta Informação;



MPC/DF

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

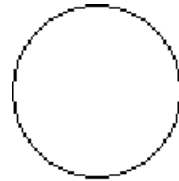
b) **REGULARES COM RESSALVAS**, com fulcro no artigo 17, inciso II da mesma Lei, as contas dos Agentes de Material relacionados no item 2.3 desta Informação, excetuando os responsáveis indicados nos subitens 1, 3, 9 e 17 da referida tabela;

VII - autorizar, com base no art. 13 da Lei Complementar nº 01/94, a abertura de audiência aos gestores nominados no subitem 2.1, excetuando-se o Sr. José Rubens Iglesias, em razão das irregularidades relacionadas abaixo e insertas no Relatório de Auditoria nº 29/2010-DIRAS/CONT, no qual ocorre o detalhamento das falhas, tendo em vista possível julgamento pela irregularidade das contas: 2.1- Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores sem observação das recomendações da Corregedoria, 4.1 - Ausência de prévio empenho para realização das despesas, 5.2.2 - Quantitativo de Empregados descritos nas notas fiscais não conferem com o descrito no mapa demonstrativo, 5.3.3 - Atesto de Nota Fiscal de Serviços antes do Término da efetiva prestação dos serviços, 5.3.4 - Não atendimento aos requisitos exigidos na lei de licitação, 5.3.5 - Ausência de Relatórios Técnicos Relativos às Reposições de peças e prestações de serviços, 5.4.1 - Contratação Irregular de Prestação de Serviços Emergencial, 5.4.2 - Retificação da contratação emergencial irregular sem parecer da PG/DF, 5.4.6 - Pesquisa de preços para concerto de elevadores realizado com materiais e serviços divergentes, 5.5.1 - Não retenção do ISS no pagamento de Nota Fiscal, 5.5.3 - Prestação de Serviços com atraso e sem aplicação de penalidades, 8 - Poucas medidas adotadas para sanar irregularidades contidas no Relatório de Prestação de Contas relativa ao exercício de 2006 e 2007, 10.1 - Inventário de materiais, ressaltando falhas no Almoxarifado Central, 10.2 - Sistema de Controle de Estoque com Inconsistências e 10.3 - Almoxarifados inadequados e inseguros;

VIII- autorizar, com base no inciso II do art. 13 da Lei Complementar nº 01/94, tendo em vista possível julgamento pela irregularidade das contas, a abertura de audiência ao agente de material nominado no item 9 da Tabela 2.3 desta Informação, responsável pelo Almoxarifado Central, em razão das falhas apontadas no subitem 10.1 do Relatório de Auditoria nº 29/2010-DIRAS/CONT, fls. 1427/1437 Ap¹, e aos agentes de material nominados nos subitens 1, 3, 9 e 17 da referida tabela, responsáveis pelo Almoxarifado do Hospital Regional de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**



MPC/DF

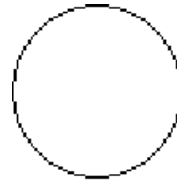
Taguatinga, Farmácia Central, Farmácia Ambulatorial Judicial e Almoxarifado do Hospital do Guará, pela falhas apontadas no subitem 10.3 do Relatório de Auditoria nº 29/2010-DIRAS/CONT, fls. 1440/1442;

IX – determinar a devolução destes autos à 2ª ICE com vistas a adoção das providências que se fizerem necessárias.

12. Os autos vieram ao MPCDF para parecer.
13. Os processos citados pelo Corpo Técnico possuem os seguintes andamentos atuais:
 1. Processo 26069/08, contratação da Unirepro, está com carga para o Gabinete da Procuradora Márcia Farias em fase de análise de defesa;
 2. Processo 3985/09, contabilização das despesas de 2008, encontra-se arquivado desde 01/09/09;
 3. Processo 43790/09, contratação da Linknet, está no Gabinete do Conselheiro Renato Rainha em fase de exame de defesa;
 4. Processo 3298/10, contrato entre a SEPLAG e a Linknet, está na Divisão de Auditoria da 2ª ICE para exame de defesa;
 5. Processo 3328/10, contrato com a B2BR, está no Gabinete da 2ª ICE em fase de análise de defesa.
14. Como se vê, excluindo os Processos 3985/09 e 3298/10 que, respectivamente, já foi considerado na análise e trata de contrato firmado pela SEPLAG, os demais ainda pendem de deslinde, devendo merecer, na próxima oportunidade, uma análise das suas respectivas fases e interferências nas presentes contas.
15. Quanto aos itens destacados pelo Controle Interno como ensejadores de ilegalidade das contas, esta Procuradora, divergindo do Corpo Técnico, entende que todos, excetuando apenas o "2.2", que trata de autuação de processos antieconômicos, devem ser motivadores da audiência dos ordenadores de despesa, ante a possibilidade de julgamento irregular das contas.
16. Por exemplo, o item 5.3.1 versa sobre a contratação de serviços de UTI por inexigibilidade de licitação, onde foi consignada a contratação do Hospital e Clínicas SK Steckelberg Ltda em 2006, mas que vigorou até 2008 pelo valor mensal de R\$ 1.350.000,00. A esse respeito existe no TCDF o



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**



MPC/DF

Processo 4129/08, autuado a partir da Representação 33/07-CF, cuja Decisão 6065/09 determinou:

(...)manifestação no prazo de 60 (sessenta) dias, em especial sobre os indícios de: a) má gestão de recursos humanos, materiais e equipamentos para os leitos próprios de UTI; b) carência de novos leitos próprios de UTI; c) falta de planejamento para suprir a carência de leitos próprios em substituição aos leitos de UTI contratados e conveniados; d) falta de critérios objetivos para a contratação de leitos de UTI junto à rede hospitalar privada (...)

17. Outro item que merece destaque é o 5.3.2, a respeito da inviabilidade de contratação direta de prestação de serviços. Nesse item, foi ressaltada a contratação da empresa Instrumental Científico Equipamento para Laboratório Ltda para manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, em 11 Gasômetros marca Radiometer pertencentes à SES. O Processo 25020/08, autuado a partir da Representação 20/08-CF, cuida desse assunto e, no Parecer 1041/11-CF, o MP registrou que essa empresa em 2008 recebeu R\$ 4.234.103,80 da jurisdicionada, sem que exista provas da economicidade dos contratos de manutenção, de forma a comprovar que não superam os valores dos bens a serem mantidos e que suas marcas são as melhores na relação custo-benefício para a SES/DF.

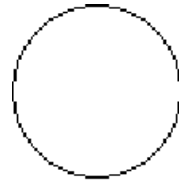
18. Como se vê, por esses dois exemplos, as irregularidades relacionadas pelo Controle Interno são graves e itens foram excluídos pelo Corpo Técnico da audiência proposta.

19. Agora isso, entre as ressalvas, existe o item 1.2 que dispõe sobre a pouca execução dos recursos financeiros repassados Fundo a Fundo, às fls. 1355 do Processo 040.001.690/2009 é possível verificar que o Superavit 2008/2009 é de R\$ 80.078.293,36 e Programas como Assistência Farmacêutica Básica teve superavit de R\$ 12.188.001,82; SAMU de R\$ 13.633.588,87; Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN de R\$ 3.057.622,87, merecendo ser incluído no rol de itens ensejadores da ilegalidade.

20. Por fim, com relação às condições físicas da Farmácia Central, o Processo 3093/04 cuida de Auditoria com enfoque para a fiscalização do Programa de Fornecimento de Medicamentos de Alto Custo (ou Excepcionais), que envolve a aquisição, o armazenamento e a distribuição de medicamentos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**



MPC/DF

considerados não-ordinários. Com efeito, o Achado 2 contemplou a questão do "Espaço Físico Insuficiente", que motivou a Decisão 6793/09, de 22/10/09, com a seguinte recomendação para a SES:

(...) IV) recomendar à Secretaria de Saúde do DF a adoção das medidas abaixo: 1) viabilização de espaço físico adequado para a Farmácia Central (§ 26 do Relatório da Auditoria, Achado 2); 2) coleta e armazenagem de informações e dados estatísticos sobre os pacientes não atendidos, períodos em que o cidadão ficou sem medicamento, evolução do estado dos pacientes, eficácia dos medicamentos (§ 39 do Relatório da Auditoria, Achado 6); 3) efetiva participação da DIASF na programação orçamentária da SES, assim como a elaboração de estudos com vistas a identificar possíveis despesas passíveis de redução, tendo em conta a atividade-fim da jurisdicionada, nos termos indicados no Relatório da Auditoria (§ 111 do Relatório da Auditoria nº 2.0005.05, Achado 23); 4) aquisição de medicamentos diretamente dos laboratórios fabricantes (§ 120 do Relatório da Auditoria nº 2.0005.05, Achado 25); 5) otimização do sistema informatizado de estoque de medicamentos, e implantação da rotina de controle de prazo de validade (§ 133 do Relatório da Auditoria nº 2.0005.05, Achado 29); (...)

21. O fato dessa irregularidade persistir e ser grave não pode servir para admitir-se a ilícita terceirização dos serviços de armazenagem e dispensação, pois a Corte está tratando do assunto com o fim de reverter o quadro.

22. Nessas condições, o MPCDF, com o adendo do parágrafo 14, acolhe a proposta da 2ª ICE com inclusão de todos os itens destacados como de irregularidades pelo Controle Interno, exceto o item 2.2, e inclusão do item 1.2 dos considerados como ressalvas aos ensejadores do possível julgamento ilegal das contas que motiva a audiência proposta no item VII das sugestões de fls. 142/145.

É o parecer.

Brasília, 06 de setembro de 2011.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora do MPCDF